

Celso Maria de Mello Pupo.

Quiz a Câmara Municipal de Campinas de 1962, conhecer a data exata da fundação de Campinas. Para êstes estudos, nomeou uma Comissão composta de um vereador, cuja escolha caiu no Dr. Alfredo-Gomes Júlio, e nos Snrs. Teodoro de Sousa Campos Junior, José de Castro mendes, João Batista de Sá, e Alaor Malta Guimarães; entendeu a Comissão que ela deveria ser acrescida com o nosso nome e, assim, fomos incluído conforme ofício que nos dirigiu a Comissão, assinado pelo seu presidente, o vereador referido.

Como norma de trabalho, a Comissão resolveu abstrair-se inteiramente das opiniões pessoais dos seus componentes, e proceder a um exame sereno e minucioso de toda a documentação que tivesse significado ou trouxesse esclarecimentos para a fixação segura da data da fundação.

Os trabalhos desenvolveram-se por várias sessões de estudos e discussões, conseguindo-se conclusões sobre cada documento conhecido, conclusões apoiadas por todos os componentes da Comissão, com divergência, apenas, do Snr. João Batista de Sá.

Terminados os trabalhos conforme as atas que, de todas as reuniões foram lavradas, a conclusão final foi a de que Campinas havia sido fundada em 11 de julho de 1774, dia da instalação solene do distrito e freguesia; redigiu-se um relatório assinado por todos, excluindo o divergente, que foi entregue à Câmara.

Para maior segurança da Câmara Municipal, a própria Comissão sugeriu que ela submetesse o relatório à apreciação do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, tendo, então, a presidência da Câmara, feito entrega de todo o processado a êste Instituto.

O Instituto Histórico de São Paulo, zeloso e diligente, constituiu sua Comissão para estudo e relato do assunto contido no relatório da Comissão de Campinas. Tal comissão foi composta dos professores Tito Lívio Ferreira, professor universitário, historiador de alta reputação, autor de várias obras históricas e de inúmeros trabalhos avulsos e conferências; a escolha do outro componente da Comissão, recaiu no não menos erudito historiador, também de grande nomeada, Tomaz Oscar Marcondes de Sousa, autor conceituado e de grande respeitabilidade pela segurança dos seus trabalhos.

Êstes dois luminares da elevada intelectualidade do país, professores e historiadores, aprovaram inteiramente o parecer da Comissão de Campinas, com estas suas palavras: "o subscrevemos por nos parecer que êle elucidou, sem paixão, a contrérsia sobre a data em que foi fundada a cidade onde nasceu Carlos Gomes".

Mas não foi só; o Instituto, em plenário, discutiu o parecer dos dois professores, e o aprovou unanimente, pelos votos dos presentes que eram os historiadores, Aureliano Leite, Luiz Tenório de Brito, Tito Lívio Ferreira, Salvador Rocco, Carlos Penteado de Rezende,

Alfredo Gomes e Vinício Stein de Campos, por concluir "pela aceitação da data tradicionalmente adotada naquela cidade -14 de julho de 1774- como a que melhor documentação apresenta para situar, no tempo, a data da fundação do município".

Isto consta do processo da Câmara, nº 16.624 de 1962, em nome de Antônio Rodrigues dos Santos Junios e outros.

Ainda quiz a Câmara Municipal reunir em uma das suas sessões, todos os componentes da Comissão que estudou o assunto, e ouvir a exposição e os argumentos sobre cada documento relativo ou indicado como referente à fundação de Campinas; convidou todos inclusive o componente divergente. A Comissão aceitou o convite e está a espera da data para expor verbalmente todos os fundamentos de suas conclusões, embora reconheça ser esta exposição desnecessária a vista do positivo e claro parecer do Instituto Histórico de São Paulo.

Entretanto, a "Folha de São Paulo" de 29 de março, estampou em sua página dois, do segundo caderno, na seção de Filatelia, uma curiosa notícia que nos conta que "respondendo ao questionário da Comissão Estadual de Filatelia, com referência a mostras filatélicas, a Prefeitura de Campinas prestou, através do Conselho Municipal de Turismo, informações úteis. Assim, informa que a cidade foi fundada em 27 de maio de 1774".

Surpreende que a Prefeitura Municipal de Campinas, ~~cidade que dispõe de entidades culturais, tenha alegado o Conselho de Turismo em órgão consultivo para estudos históricos, tenha relegado ao esquecimento um trabalho do Instituto Histórico de São Paulo, a mais capacitada entidade especializada em problemas históricos; tenha menosprezado um trabalho presidido pelo Dr. Alfredo Gomes Júlio, secretário das finanças do atual governo municipal.~~

As conclusões deste trabalho se fundamentam que, pelos anos de 1774, o distrito se confundia com a freguesia; as vilas e todos os trabalhos oficiais, subdividiam-se em freguesias ou distritos, e estes em bairros. Era a divisão oficial, regida por leis, de tal forma que a primeira categoria civil ou administrativa, era a de distrito e freguesia, seguida pela de vila e depois cidade.

14 de julho de 1774 foi a data da instalação do distrito e freguesia de Campinas; 27 de maio é a data exarada na ordem que o capitão general baixou mandando que Barreto Leme fundasse Campinas. E para se aquilatar quanto é sem fundamento esta data de 27 de maio, basta relembrar que Barreto Leme poderia não ter fundado Campinas, mesmo recebendo uma ordem, e outro personagem, dez anos depois ter praticado esta fundação com a instalação do distrito e freguesia, deixando a data da ordem sem significação, como de fato ela não tem, e afirmando para a verdadeira data da fundação, a da instalação solene.

Mas a história não permite que se lhe desfigure; a verdade histórica sempre prevalece, senão hoje, em dia que a paixão não obscureça o julgamento sereno. E há mesmo uma discriminação religiosa que não se conforma que Campinas tenha sido fundada no dia da sua primeira m

missa procurando mudar uma data num esforço resível, pois a história do Brasil é a história da igreja, do apostolado, das capelas de pau a pi- que cobertas de sapé. Inútil querer separar a santidade da primeira mis- sa, do santificado natal desta terra abençoada.

---

Publicado no Correio Popular de 3.V-1966.